

Relatório da avaliação final do projeto RISE v.2.0

Jean-Jacques PAUL

Consultor

Julho de 2024

I. Índice de conteúdos

I.	Índice de conteúdos	2
II.	Sumário executivo	3
III.	Agradecimentos.....	8
IV.	Lista das abreviaturas e acrônimos	9
V.	Introdução	10
VI.	Metodologia	11
VII.	Principais resultados.....	12
	VII.1. Relevância do projeto.....	12
	VII.2. Coerência.....	14
	VII.3. Eficácia.....	16
	VII.3.1. Acesso	16
	VII.3.2. Qualidade	19
	VII.3.3. Pilotagem	23
	VII.3.4. Estratégia e desempenho.....	25
	VII.4. Eficiência.....	28
	VII.5. Durabilidade	28
	VII.6. Atenção dada aos direitos humanos, ao género e à equidade	29
VIII.	Conclusões finais	30
IX.	Lições aprendidas	33
X.	Recomendações estratégicas e operacionais.....	34
XI.	Anexos	36
	XI.1. Termos de referencia	36
	XI.2. Lista das pessoas encontradas.....	36
	XI.3. Lista dos documentos analisados	38
	XI.4. Dados biográficos do avaliador	39

II. Sumário executivo

Sumário executivo

A Parceria Global para a Educação apoiou o Cabo Verde na elaboração do seu Plano Setorial para o período 2017-2021. Posteriormente, o país apresentou um pedido de financiamento (ESPIG) para a implementação deste Plano através do Programa de Reforço Institucional do Sector da Educação (RISE). Esse programa foi ulteriormente prorrogado pelo projeto (QIRD/Qualidade para Inclusão e Redução das Disparidades), com objetivo de dar simultaneamente mais atenção às questões da qualidade e da redução das desigualdades e disparidades. Como, por várias razões, estes programas não puderam ser concluídos no prazo previsto de dezembro de 2021, houve uma reestruturação do RISE e do QIRD num único programa RISE v2.0 e a prorrogação da execução, sem custos adicionais, até dezembro de 2023. Por fim, foi concedida uma prorrogação até 30 de junho de 2024.

O RISE v2.0 tem em conta o exercício de desenvolvimento do novo Plano do Sector da Educação 2022-2026 e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 do país. O projeto RISE v.2.0 apresenta vinte e cinco atividades estruturadas em torno de quatro componentes: acesso, qualidade, pilotagem e estratégia.

Esta avaliação final do projeto RISE v.2.0 oferece uma revisão analítica das vinte e cinco ações propostas, a fim de permitir um feedback sobre um projeto que apoiou o sistema educativo cabo-verdiano durante dois anos e meio e também alimentar as iniciativas de possíveis projetos futuros. Uma avaliação desta natureza é necessária para garantir que os objetivos do programa foram alcançados, com a plena utilização dos recursos financeiros disponibilizados, e que foram capazes de ajudar os beneficiários na medida das suas expectativas.

A avaliação foi realizada durante o mês de junho de 2024. Começou com estudos de documentos contextuais (Avaliação do Plano Estratégico de Educação 2017-2021, Planos Estratégicos de Educação 2022-2026, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026, relatórios de aferidas, etc.) e com documentos de preparação, acompanhamento e execução do projeto. A avaliação foi então apoiada por uma missão em junho de 2024, que permitiu entrevistar diferentes intervenientes e beneficiários, visitar escolas, realizar determinados tratamentos estatísticos e comparar as conclusões iniciais com a equipa de coordenação do projeto.

Dadas as limitações de tempo (o prazo de avaliação precisou ser reduzido de sessenta para trinta e cinco dias), as visitas de campo foram limitadas à ilha de Santiago, em quatro concelhos (Praia, Ribeira Grande, São Salvador do Mundo e São Domingos). Estes concelhos foram escolhidos com base nas baixas taxas de inscrição no ensino pré-escolar, nas elevadas taxas de abandono ou nas taxas de conclusão inferiores à média nacional.

No que diz respeito à relevância do projeto RISE v.2.0, na medida em que o mesmo tem por objetivos principais de reforçar as condições de ensino e aprendizagem ao nível do pré-escolar e do ensino básico, ele se insere perfeitamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E mais particularmente, através da melhoria das condições de alimentação, do equipamento dos jardins escolares, da atenção dada às crianças com necessidades educativas especiais, ele participa da melhoria das taxas de acesso ao sistema de ensino e das taxas de permanência. Ele entende também reforçar as competências dos profissionais (educadoras, professoras, coordenadoras, etc.), permitindo assim um aumento global das qualificações do pessoal docente.

As prioridades do RISE v2.0 são idênticas às do RISE e do QIRD, com uma continuidade na procura da redução das disparidades, incluindo a educação inclusiva, e um reforço da capacidade do sistema para oferecer uma diversidade de formatos de aprendizagem, incluindo uma pedagogia diferenciada, a utilização efetiva das TIC e a FAD. Este conjunto de serviços, que inclui uma melhor alimentação, é combinado com um reforço no processo de ensino-aprendizagem, conduzindo, em última análise, a uma maior capacidade dos professores para monitorizar a aprendizagem numa base regular e tentar corrigir as deficiências identificadas.

Os objetivos e o desenho do projeto nasceram de encontros com os oficiais do Ministério da Educação, nomeadamente a Direção Nacional da Educação, atores da sociedade civil e foram apresentados e discutidos no Grupo Local de Parceiros da Educação.

Esses objetivos estão também alinhados com a Avaliação da Implementação do Plano Estratégico da Educação 2017-21. Estas recomendações traduziram-se em prioridades definidas no Plano Estratégico para a Educação 2022-2026.

Um aspeto importante do projeto consistia em reforçar as competências de gestão de todos os intervenientes no sistema, tanto em termos de gestão administrativa e pedagógica das escolas como em termos de planeamento, acompanhamento e avaliação do sistema.

O ponto primordial está no fato de que os objetivos do Projeto RISE foram atingidos e os resultados foram os esperados, segundo a opinião dos diretores da DGPOG e da DNE, as duas direções diretamente envolvidas e beneficiadas no projeto. O alcance dos objetivos e os resultados positivos devem-se a um design que atendeu às necessidades e também ao excelente relacionamento entre a coordenação do projeto com os executivos do ME e com o GLPE (parceiros e sociedade civil). A qualidade dos executivos do ME e a boa organização administrativa do país foram também fatores favoráveis.

A conclusão de todas as atividades planeadas é confirmada pela revisão dos relatórios de todas as ações e pelas entrevistas com os participantes, mesmo que possa ter ocorrido um atraso na implementação de algumas ações.

Ao nível da coerência do projeto, o exercício de avaliação destacou a boa relação entre a equipa de coordenação do projeto e a administração do Ministério, que proporcionou as condições para assegurar a compatibilidade das intervenções. O fato de muitas das ações serem supervisionadas pela Direção Nacional de Educação implicou uma sobrecarga de trabalho para esta Direção, o que poderia ter levado a alguns atrasos.

Não foram observados conflitos de objetivos e realizações com outras intervenções realizadas no setor educativo ou no sistema educativo, mas somente pequenos conflitos na agenda de determinados cursos de formação.

Ao nível da eficácia do Projeto, no que diz respeito aos resultados em termos de acesso, as observações ao nível da pré-escola mostram que os kits disponibilizados às creches são efetivamente instalados e utilizados, para grande satisfação dos profissionais e das crianças, mesmo que nem todas as creches já estejam equipadas. Materiais educativos para crianças com necessidades educativas especiais foram distribuídos a equipas multidisciplinares que apoiam a educação inclusiva e a formação na sinalização destas crianças foi amplamente organizada.

No que tange às atividades do projeto desenvolvidas na área da qualidade, elas foram todas concluídas como previsto. A formação em língua portuguesa das monitoras do pré-escolar foi considerada muito útil, como a formação no uso dos guias de orientações pedagógicas e de atividades curriculares do EPE,

assim como a formação em supervisão pedagógica. A formação para as cozinheiras foi muito bem avaliada, ajudando a melhorar as receitas para maior satisfação das crianças e dando às cozinheiras noções básicas de dietética e segurança. O MOOC sobre a pedagogia diferenciada está pronto, o material destinado aos professores já foi adquirido, espera-se somente que a DNE lance os programas de formação.

Em termos de instrumentos de pilotagem, os resultados são mais moderados. No que diz respeito ao objetivo de ver grupos escolares e escolas isoladas criarem um projeto escolar, o trabalho ainda está em curso. Um Guia de apoio para a concepção, execução, monitorização e avaliação do projeto educativo foi disponibilizado aos intervenientes no início de 2023. Foram organizadas ações de formação, tanto presenciais como à distância, mas o processo parece complexo para muitos profissionais da educação. Para ajudar os intervenientes no sistema educativo, foi criado um MOOC, foram formados tutores e o Ministério deverá prosseguir a atividade. Também tem sido difícil pôr em prática métodos de gestão baseados em resultados, salvo algumas exceções interessantes.

As formações no Novo Modelo de Gestão ofereceram aos professores a oportunidade de expressarem as dificuldades que encontram na compreensão dos textos regulamentares e no exercício da sua profissão perante alguns alunos desmotivados, ou com atrasos em competências supostamente adquiridas, e os alunos com NEE, tantas observações que merecem ser levadas em consideração pelas iniciativas a serem tomadas pelo Ministério da Educação.

No domínio da estratégia, o projeto RISE v.2.0 financiou parcialmente a organização de consultas que conduziram à elaboração dos textos apresentados na Cimeira "Transformar a Educação", realizada em setembro de 2022 em Nova Iorque e ajudou na preparação do Plano Estratégico da Educação 2022-2026. Também permitiu o desenvolvimento do módulo específico para crianças com NEE no SIGE. No entanto, não conseguiu incentivar o Ministério da Educação a organizar uma revisão anual conjunta do sistema educativo, como previsto.

De um modo geral, o projeto correu conforme planeado, ainda que tenha havido alguns atrasos devido à sobreposição de determinadas ações com o mesmo público-alvo, aos reajustes a efetuar junto à DNE e a sobrecarga de trabalho desta Direção.

No que diz respeito às dificuldades encontradas pelo Projeto, podemos destacar os problemas de rede, transporte e fornecimento regular de energia eléctrica, que dificultaram as formações à distância. A solução encontrada é desenvolver a formação de tutores e formações assíncronas.

No que tange aos resultados macro do projeto, em termos de acesso, é importante destacar o progresso da taxa de acolhimento no pré-escolar, mesmo se a situação segue preocupante em alguns concelhos, e nomeadamente na cidade de Praia. Entretanto, a taxa líquida de escolarização no ensino básico obrigatório diminuiu ligeiramente em relação a 2017 e 10% das crianças estão fora da escola. Contudo, como já destacado, todas as atividades previstas pelo projeto em termos de acesso foram realizadas com sucesso e com apreciação positiva por parte dos beneficiários.

As avaliações de desempenho dos alunos mostram que, embora a maioria dos alunos têm o domínio do português (mesmo com algumas lacunas), os resultados são mais preocupantes no que diz respeito à matemática. Esse resultado indica que uma ação de formação inicial e contínua em didática da matemática deve ser organizada. Houve também uma queda da taxa de aprovação que leva a questionar as estratégias pedagógicas usadas levando em consideração o nível de competência e motivação dos alunos.

No entanto, dada a escala temporal do projeto, é inconcebível que o projeto RISE v.2.0 ou mesmo os anteriores projetos QUIRD e RISE possam já ter tido uma influência mensurável no nível de aprendizagem dos alunos. Espera-se que esta influência potencial consiga ser medida numa data posterior.

Para melhorar o desempenho do sistema educativo cabo-verdiano é necessário convencer o Ministério da Educação a reforçar as atividades de avaliação do sistema, através de avaliações conjuntas anuais, da criação de uma estrutura dedicada à avaliação do sistema dentro da DGPOG e da participação em operações internacionais de desempenho dos alunos. Também parece de maior relevância enfrentar-se o problema dos alunos com baixo desempenho académico e falta de motivação através de ações que vão além da escola, envolvendo os responsáveis da educação destes alunos.

Finalmente, apesar de todas as componentes do projeto contribuírem para a melhoria da qualidade do ensino e dos serviços no sistema educativo, é importante sublinhar que a situação atual ainda necessita que seja consideravelmente reforçada.

As principais recomendações tratam do atendimento no pré-escolar, do acompanhamento das crianças com NEE, da atenção a ser dada aos alunos de desempenho académico fraco, da necessidade para o país de participar de operações internacionais de medida de desempenho dos alunos, da formação dos docentes, de ferramentas de pilotagem e do reforço dos instrumentos de implementação e avaliação da estratégia educativa.

É importante apoiar a criação e o equipamento de jardins-de-infância nas áreas de maior concentração demográfica. Os jardins-de-infância que funcionam em regime de turma única, por falta de educadores, devem também ser dotados das condições necessárias para funcionarem em regime de duas turmas.

A ambição de melhor sinalizar e acompanhar as crianças com NEE deve passar pelo reforço em recursos humanos das EMAEI, bem como pela disponibilização de auxiliares de salas de aula para os professores que devem ensinar alunos com NEE. Os professores precisam de mais formações sobre como agir com alunos com NEE.

Sabendo-se que muitos alunos com maus resultados académicos e falta de motivação na escola são criados por mães solteiras ou por familiares dada a migração dos pais, é necessário organizar uma intervenção maciça e específica para eles. Por parte do Ministério da Educação, como inicialmente previsto pelo projeto RISE, é necessário capacitar formadores de coordenadores de ação social escolar. Seria importante apoiar a iniciativa prevista pelo Plano Estratégico da Educação (p.74) que propõe a reconversão (após formação) de uma parte do pessoal docente excedentário em tutores, com o objetivo de apoiarem os alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamentos desviantes. O Ministério deveria também lançar uma iniciativa ambiciosa, em colaboração com o Ministério da Família e com as associações de bairro, para criar um sistema durável de apoio para estas crianças.

Para melhor situar o nível de desempenho dos alunos e pilotar melhor o sistema educativo, é importante que o Cabo Verde participe de um dispositivo de avaliação internacional do desempenho académico dos alunos do ensino básico, com países comparáveis. O programa PASEC da CONFEMEN poderia representar uma oportunidade nesse sentido.

É necessário reforçar a formação inicial dos docentes em didática da matemática e em alfabetização, assim como implementar ações de formação contínua nestas áreas.

Para ajudar a pilotar o sistema, é aconselhável conceber um sistema de ferramentas de gestão, como um painel de gestão em cada nível de escola com indicadores de desempenho, para comparar facilmente o desempenho de cada escola e identificar problemas e sucessos.

Ao nível da estratégia, a gestão do projeto seria facilitada se os recursos humanos do ME responsáveis pela implementação fossem reforçados e fosse criada uma estrutura dentro do ME, na DGPOG ou na DNE, responsável pela gestão do projeto. É essencial criar sistematicamente uma Revista anual conjunta, que reúna executivos do Ministério da Educação e parceiros internacionais, para fazer o balanço do progresso dos vários projetos e da evolução do desempenho do sistema educativo.

III. Agradecimentos

Esta avaliação foi possível graças à colaboração e ao apoio de várias pessoas: em primeiro lugar de Ana Cristina Pires Ferreira, Program Specialist Education, UNICEF; de Clara García Ballesteros, Information Manager Officer (Education), UNICEF; e de Wilson José Silva Moreno, Diretor do Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação, DGPOG. Muitos encontros e discussões alimentaram este relatório, com todos(as) os(as) profissionais do sistema educativo, nos Jardins de Infância, nas escolas de ensino básico obrigatório, nas delegações de ensino, no Ministério da Educação, como também com as mães de alunos e com dirigentes de associações envolvidas na educação. O encontro com o Ministro da Educação, Dr. Amadeu Cruz, permitiu a discussão das primeiras ideias contidas neste relatório.

Um grande agradecimento a todos!

IV. Lista das abreviaturas e acrônimos

BM: Banco Mundial

CM: Câmara Municipal

CONFEMEN: Conférence des ministres de l'éducation des Etats et Gouvernements de la francophonie

DGPOG: Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

DNE: Direção Nacional de Educação

EBO: Ensino Básico Obrigatório

EMAI: Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão na Educação

EPE: Educação Pré-Escolar

FAD: Formação à distância

FICASE: Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social e Escolar

GLPE: Grupo Local dos Parceiros da Educação

GPE: Global Partnership for Education

IGE: Inspeção Geral da Educação

Jl: Jardins de Infância

ME: Ministério da Educação

NEE: Necessidades Educativas Especiais

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PASEC: Programme d'analyse des systèmes éducatifs de la Confemen

PEE: Plano Estratégico da Educação

QIRD: Qualidade para Inclusão e Redução das Disparidades

RISE: Programa de Reforço Institucional do Setor da Educação

SEPC: Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação

SIGE: Sistema Integrado de Gestão Educativa

TLE: Taxa Líquida de Escolarização

TIC: Tecnologia de Informação e Comunicação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

Uni-CV: Universidade de Cabo Verde

V. Introdução

A Parceria Global para a Educação apoiou o Cabo Verde na elaboração do seu Plano Setorial para o período 2017-2021. Posteriormente, o país apresentou um pedido de financiamento (ESPIG) para a implementação deste Plano através do Programa de Reforço Institucional do Sector da Educação (RISE). Esse programa foi ulteriormente prorrogado pelo projeto (QIRD), com objetivo de dar simultaneamente mais atenção às questões da qualidade e da redução das desigualdades e disparidades. Como, por várias razões, estes programas não puderam ser concluídos no prazo previsto de dezembro de 2021, houve uma reestruturação do RISE e do QIRD num único programa RISE v2.0 e a prorrogação da execução, sem custos adicionais, até dezembro de 2023. Por fim, foi concedida uma prorrogação até 30 de junho de 2024.

O RISE v2.0 leva em conta o exercício de desenvolvimento do novo Plano do Sector da Educação 2022-2026 e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 do país. O projeto RISE v2.0 apresenta vinte e cinco atividades estruturadas em torno de quatro componentes: acesso, qualidade, pilotagem e estratégia.

Esta avaliação final do projeto RISE v2.0 oferece uma revisão analítica das vinte e cinco ações propostas, a fim de permitir um feedback sobre um projeto que apoiou o sistema educativo cabo-verdiano durante dois anos e meio como também alimentar as iniciativas de possíveis projetos futuros. Uma avaliação desta natureza é necessária para garantir que os objetivos do programa foram alcançados, com a plena utilização dos recursos financeiros disponibilizados, e que foram capazes de ajudar os beneficiários na medida das suas expectativas.

A avaliação foi realizada durante o mês de junho de 2024. Começou com estudos de documentos contextuais (Avaliação do Plano Estratégico de Educação 2017-2021, Planos Estratégicos de Educação 2022-2026, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026, relatórios de aferidas, etc.) e documentos de preparação, acompanhamento e execução do projeto. A avaliação foi então apoiada por uma missão de vinte dias que permitiu entrevistar diferentes intervenientes e beneficiários, visitar escolas, realizar determinados tratamentos estatísticos e comparar as conclusões iniciais com a equipa de coordenação do projeto.

Depois de analisar o contexto e a metodologia da avaliação, o relatório apresentará detalhadamente os principais resultados da avaliação, antes de apresentar uma conclusão final e as lições aprendidas, assim como propor algumas recomendações.

VI. Metodologia

A avaliação foi realizada através de uma abordagem participativa e inclusiva, com o objetivo de produzir provas tangíveis para (i) dar conta da execução efetiva das atividades previstas e da obtenção dos resultados esperados; (ii) produzir recomendações para a concepção de projetos futuros; e (iii) avaliar os níveis de satisfação do pessoal e dos utilizadores do sistema educativo através de entrevistas.

Este trabalho de avaliação envolveu duas tarefas de investigação distintas: por um lado, a avaliação propriamente dita do projeto e dos seus resultados, com base na consulta dos relatórios de execução das diferentes ações fornecidos pelo Ministério da Educação e, por outro, uma série de visitas a executivos do Ministério e a várias delegações escolares e escolas, que permitiram avaliar o grau de satisfação do pessoal educativo a todos os níveis e dos utilizadores do sistema escolar.

A avaliação seguiu as normas definidas no documento "Evaluation Standards and Guidelines" do Grupo de Avaliação das Nações Unidas.

A avaliação baseou-se em métodos mistos de recolha e análise de dados dos beneficiários do projeto e dos principais intervenientes no processo de execução do programa (entrevistas aprofundadas, debates em grupos de discussão, tratamento estatístico). O objetivo de utilizar vários métodos e triangular dados de diferentes fontes permitiu-nos dar respostas mais relevantes e credíveis às questões da avaliação. Os dados primários recolhidos no terreno foram complementados por:

- Uma análise secundária de dados gerados pelo Ministério da Educação, bem como processamento estatístico utilizando os últimos dados disponíveis do sistema de informação e gestão do Ministério.
- Uma revisão documental do projeto, incluindo o seu plano de ação, bem como revisões anuais de execução e relatórios de acompanhamento e avaliação;
- Um processo iterativo de diálogo com as partes interessadas na implementação do Programa, principalmente a equipa de coordenação do projeto da UNICEF e outros membros do GLPE.

Dadas as limitações de tempo (o prazo de avaliação precisou ser reduzido de sessenta para trinta e cinco dias), as visitas de campo foram limitadas à ilha de Santiago, em quatro concelhos (Praia, Ribeira Grande, São Salvador do Mundo e São Domingos). Estes concelhos foram escolhidos com base nas baixas taxas de inscrição no ensino pré-escolar, nas elevadas taxas de abandono ou nas taxas de conclusão inferiores à média nacional.

Pelas mesmas razões, não foi possível criar um grupo de referência para acompanhar a avaliação do projeto.

VII. Principais resultados

VII.1. Relevância do projeto

Quatro perguntas tratam da relevância: (1) Em que medida o projeto responde às prioridades internacionais de desenvolvimento e, em particular, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? (2) Em que medida as necessidades e as prioridades dos beneficiários-alvo do projeto foram tidas em conta no planejamento e na concepção do projeto e como foram identificadas essas necessidades e interesses? (3) Em que medida as necessidades identificadas foram satisfeitas pelo projeto? (4) Em que medida as atividades propostas e realizadas pelo projeto RISE v2.0 são relevantes para os seus objetivos?

(1). Em que medida o projeto responde às prioridades internacionais de desenvolvimento e, em particular, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Na medida em que o projeto tem por objetivos principais de reforçar as condições de ensino e aprendizagem ao nível do pré-escolar e do ensino básico, ele se insere perfeitamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E mais particularmente, através da melhoria das condições de alimentação, do equipamento dos jardins escolares e da atenção dada às crianças com necessidades educativas especiais, ele participa na melhoria das taxas de acesso ao sistema de ensino e das taxas de permanência. Ele entende também reforçar as competências dos profissionais (educadoras, professoras, coordenadoras, etc.), permitindo assim um aumento global das qualificações do pessoal docente.

Os três objetivos da teoria da mudança do RISE v2.0, nomeadamente a eficiência interna com uma redução das taxas de repetição e de abandono escolar, a qualidade da aprendizagem e um sistema de gestão eficiente, estão estreitamente ligados às três prioridades da Parceria Global para a Educação, nomeadamente a equidade, a eficiência e a aprendizagem.

(2). Em que medida as necessidades e as prioridades dos beneficiários-alvo do projeto foram tidas em conta no planejamento e na concepção do projeto e como foram identificadas essas necessidades e interesses?

As prioridades do RISE v2.0 são idênticas às do RISE e do QIRD, com uma continuidade na procura da redução das disparidades, incluindo a educação inclusiva, e um reforço da capacidade do sistema para oferecer uma diversidade de formatos de aprendizagem, incluindo uma pedagogia diferenciada, a utilização efetiva das TIC e a FAD. Este conjunto de serviços, que inclui uma melhor alimentação, é combinada com um reforço no processo de ensino-aprendizagem, conduzindo, em última análise, a uma maior capacidade dos professores para monitorizar a aprendizagem numa base regular e tentar corrigir as deficiências identificadas. Esperava-se que os esforços combinados deveriam resultar numa melhor retenção dos alunos no sistema, complementando a reforma do ensino obrigatório para oito anos. As necessidades e as prioridades dos beneficiários-alvo são levadas em conta no RISE v2.0, tal como nos projetos anteriores.

Os objetivos e o desenho do projeto nasceram de encontros com os oficiais do ministério da Educação, nomeadamente a Direção Nacional da Educação, atores da sociedade civil (por exemplo a Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos e a Associação Crianças Desfavorecidas – ACRIDES) e foram apresentados e discutidos no Grupo Local de Parceiros da Educação.

Esses objetivos estão também alinhados com a Avaliação da Implementação do Plano Estratégico da Educação 2017-21. No que diz respeito à educação pré-escolar, esse documento recomendava, entre outros aspetos, a adoção de um programa de qualificação e reconversão dos profissionais, o reforço dos materiais lúdico-didáticos, a melhoria da gestão administrativa e pedagógica dos jardins-de-infância. No que concerne o ensino básico obrigatório, as conclusões insistiam no reforço da alimentação escolar aos alunos do 7º e 8º anos, com uma forte aposta na produção local, a dotação das EMAEI de recursos humanos e materiais adequados às necessidades existentes, o reforço de capacitação dos professores e gestores nas áreas de gestão do currículo e do processo de avaliação da aprendizagem, a qualificação dos docentes em linguagem gestual e em educação especial, a qualificação dos professores e gestores no uso das TIC no processo de ensino/aprendizagem e no seguimento das atividades pedagógica e a capacitação dos gestores/diretores para que os agrupamentos e escolas possam desempenhar um papel-chave no planeamento e gestão do processo de ensino/aprendizagem.

Estas recomendações traduziram-se em prioridades definidas no Plano Estratégico para a Educação 2022-2026. Na educação pré-escolar, as orientações são: acesso equitativo, qualidade e eficiência, e gestão eficaz e eficiente. No ensino básico obrigatório, as principais orientações de acesso equitativo, qualidade e pertinência, e gestão eficaz e eficiente traduzem-se na procura do reforço dos mecanismos de combate ao abandono e insucesso escolar, através de apoios pedagógicos e sociais e do reforço da formação específica e do apoio pedagógico aos professores. É dada particular atenção aos alunos com necessidades especiais, o que exige que as estruturas físicas sejam dotadas de condições humanas, materiais e financeiras adequadas a uma prática educativa inclusiva.

(3). Em que medida as necessidades identificadas foram satisfeitas pelo projeto?

O projeto visava a redução das disparidades de acolhimento e de tratamento das crianças dentro do sistema, através de uma atenção reforçada à educação das crianças com necessidades educativas especiais, ao acolhimento das crianças nos jardins de infância, assim como a retenção dos alunos dentro do ensino básico e a melhoria do ensino-aprendizagem. Para atingir esses resultados, o projeto previu apoiar através de formações e equipamentos as ações de educação inclusiva, bem como o reforço da capacidade do sistema para oferecer uma diversidade de formatos de aprendizagem, incluindo uma pedagogia diferenciada, a utilização das TIC e a FAD.

Uma oferta diversificada de serviços, que inclui uma alimentação de qualidade, era suposta permitir uma melhoria do processo de ensino-aprendizagem, e, em última análise, uma maior capacidade dos professores para acompanharem regularmente as aprendizagens e colmatarem as lacunas identificadas.

Um aspeto importante do projeto consistia em reforçar as competências de gestão de todos os intervenientes no sistema, tanto em termos de gestão administrativa e pedagógica das escolas como em termos de planeamento, acompanhamento e avaliação do sistema. Todos os gestores do sistema deveriam estar familiarizados com os princípios e métodos da gestão baseada nos resultados e com a utilização eficaz dos instrumentos existentes neste domínio, bem como com o desenvolvimento de um sistema integrado de projetos escolares. Este fato devia tornar o sistema mais eficaz. Estava igualmente previsto reduzir a presença física dos professores nas sessões de formação, propondo certas atividades em formatos inovadores (MOOC).

Sem entrar em detalhes sobre os resultados das ações implementadas pelo projeto, pode-se estimar que todas as atividades previstas foram realizadas, mesmo que um atraso na implementação tenha feito com que algumas das ferramentas previstas só fossem disponibilizadas aos intervenientes mais tarde. A nível pré-escolar, as observações no terreno mostram que os kits disponibilizados aos jardins-

de-infância estão efetivamente instalados e a ser utilizados, para grande satisfação dos profissionais e das crianças. Nem todos os jardins de infância foram equipados. Aqueles que dispunham de mais espaço foram mais beneficiados, dadas as exigências ligadas à disposição dos escorregadores. As monitoras entrevistadas receberam formação em português e seguem as orientações pedagógicas dos dois guias que lhes foram entregues, enquanto o pessoal da cantina recebeu formação em culinária.

Foram disponibilizados materiais didáticos para crianças com necessidades educativas especiais às equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva e foi amplamente organizada a formação para o diagnóstico destas crianças.

Em termos de instrumentos de pilotagem, o balanço é menos satisfatório. Um Guia de apoio para a concepção, execução, monitorização e avaliação do projeto educativo foi disponibilizado aos intervenientes no início de 2023, mas as ações de formação sobre o projeto educativo que se seguiram ainda não conduziram à plena execução dos projetos. Também tem sido difícil pôr em prática métodos de gestão baseados em resultados, salvo algumas exceções interessantes.

Algumas atividades foram finalmente concretizadas no final do período do projeto, como dois relatórios sobre boas práticas no ensino pré-escolar e no ensino básico obrigatório e dois MOOC “Projeto escolar” e “Pedagogia diferenciada”.

(4) Em que medida as atividades propostas e realizadas pelo projeto RISE v2.0 são relevantes para os seus objetivos?

As atividades propostas e realizadas foram relevantes para os objetivos, mesmo se todas não foram implementadas com a temporalidade desejada. No que diz respeito à qualidade do acolhimento das crianças nos jardins, os guias e as formações em orientações pedagógicas e em língua portuguesa como o fornecimento de equipamento pedagógico adequado foram fatores favoráveis.

No EBO, o aprimoramento da alimentação, a diversificação das intervenções pedagógicas (como através das atividades de reforço nos períodos de contra-turma), a atenção dada aos alunos com necessidades educativas especiais foram fatores de consolidação da reforma educativa e de ganhos em termos de eficácia interna (a taxa de abandono no EBO passou de 2,3% para 1,5% entre 2017/18 e 2022/23).

Algumas ações, mesmo que não tenham produzido todos os efeitos esperados devido à falta de tempo para finalizar a sua execução (difusão de metodologias de ensino diferenciadas, apropriação efetiva dos mecanismos de gestão baseados nos resultados, finalização dos projetos escolares), podem ser consideradas relevantes em termos dos objetivos de melhoria do desempenho do sistema.

VII.2. Coerência

O domínio da coerência deve distinguir entre a questão da compatibilidade com outras intervenções e a da coerência propriamente dita.

No que diz respeito à compatibilidade com outras intervenções, as principais preocupações têm a ver com a compatibilidade com outras intervenções efetuadas pela administração em Cabo Verde, com outras intervenções no sector da educação, ou com outras intervenções efetuadas no âmbito do sistema educativo cabo-verdiano.

(5). Até que ponto a intervenção é compatível com outras intervenções realizadas pela administração em Cabo Verde?

Como vimos, os objetivos do projeto RISE v.2.0 estão em consonância com as prioridades das ações propostas no Plano Estratégico de Educação 2021-26 e podem, portanto, ser considerados compatíveis com as intervenções realizadas pelo Ministério da Educação. O exercício de avaliação destacou a boa relação entre a equipa de coordenação do projeto e a administração do Ministério, que proporcionou as condições para assegurar a compatibilidade das intervenções. O fato de muitas das ações serem supervisionadas pela Direção Nacional de Educação implicou uma sobrecarga de trabalho para esta Direção, o que poderia ter levado a alguns atrasos.

(6). Até que ponto a intervenção é compatível com outras intervenções realizadas no sector da Educação?

(7). Até que ponto a intervenção é compatível com outras intervenções realizadas no Sistema Educacional cabo-verdiano?

(8). Até que ponto a intervenção é compatível com outras intervenções realizadas nas Escolas alvo?

Não se notou nenhum confronto de objetivo e de realização com as outras intervenções realizadas no setor da Educação ou no sistema educacional.

No que diz respeito às intervenções de outros parceiros, verificou-se um conflito parcial de calendário entre as certas ações de formação de profissionais implementadas pelo projeto RISE V.2.0 e as ações de formação desenvolvidas pelo projeto do Banco Mundial, o que pode levar a um pequeno atraso na implementação das intervenções do projeto RISE v.2.0.

No que diz respeito à coerência, devem ser consideradas duas questões transversais: em que medida a intervenção é internamente coerente:

(9) tendo em conta as sinergias e interdependências entre as intervenções realizadas pela mesma instituição/administração, bem

(10) como a coerência entre a intervenção e as normas e critérios internacionais relevantes a que a instituição/administração adere? Em que medida a intervenção tem coerência externa: tendo em conta as intervenções realizadas por outros intervenientes no mesmo contexto, visando a complementaridade, a harmonização e a coordenação com outros intervenientes, evitando simultaneamente a duplicação de atividades?

A concepção do projeto RISE v.2.0 não previu todas as interferências que podiam ocorrer entre as diferentes atividades, uma vez também que o atraso inicial no projeto RISE, em parte devido à crise da Covid, levou a uma intensificação das ações a implementar no projeto RISE v.2.0. Consequentemente, a meta da formação à supervisão pedagógica teve de ser reduzida, uma vez que os profissionais do pré-escolar já estavam absorvidos pelas formações em orientações curriculares. Dada a sobrecarga de trabalho das formadoras, o guia de formação não pôde ser produzido no prazo previsto.

A formação de professores no novo modelo de gestão não pôde ser concluída como era previsto em 2023, devido à sobrecarga de trabalho da equipa central do Ministério da Educação, que teve de se deslocar aos Concelhos para acompanhar a formação iniciada em 2022.

Foram igualmente introduzidos ajustamentos nas intervenções, dado em conta certas diferenças de visão com o Ministério da Educação. A meta da formação dos gestores das EPE e das EBO teve que ser reduzida, na medida em que os responsáveis dos jardins de infância não deviam fazer parte do dispositivo, uma vez que as normas atuais não preveem um projeto escolar para os jardins.

Outros atrasos devem-se dadas a discussões com o Ministério da Educação que tiveram lugar após o lançamento das atividades. Por exemplo, o Ministério da Educação decidiu que a conceção do MOOC não deveria começar antes de ter sido elaborado um plano de acompanhamento para os formandos da primeira fase da formação. A atividade ligada ao estudo "Integração e aplicação dos resultados das avaliações da aprendizagem 2A/4A" foi adiada porque as discussões com a Direção Nacional da Educação sobre os termos de referência e a sua finalidade se prolongaram mais do que o previsto. O atraso na finalização do módulo SIGE sobre os alunos com necessidades especiais deve-se ao fato de o volume de informação a tratar ser superior ao previsto.

A avaliação da coerência externa do projeto visa identificar em que medida as intervenções levadas a cabo por outros atores no mesmo contexto foram tidas em conta e asseguraram a complementaridade, a harmonização e a coordenação com esses outros atores. Em última análise, o objetivo é verificar se a intervenção proporciona valor acrescentado, evitando a duplicação de atividades.

Na área da educação em Cabo Verde, além do programa financiado pela Parceria Global para a Educação e gerido pela UNICEF, se encontram dois atores importantes, o Banco Mundial e a Cooperação luxemburguesa.

De 2019 a 2023, o Banco mundial desenvolveu um projeto de reforço da educação e do desenvolvimento de competências, no valor de 5,2 milhões de dólares americanos. Este projeto é complementar aos projetos QUIRD, RISE e RISE v.2.0. Tinha uma vertente dedicada ao apoio a reforma do ensino básico. O projeto foi estruturado em três linhas: a produção e a distribuição de manuais escolares de Português, Matemática, Ciências, Inglês e Francês; o apoio a três operações de medidas padronizadas de desempenho do alunos (em 2019, 2022 e 2023) e ao desenvolvimento de capacidades nacionais nesta área; a formação contínua de professores centrada em pedagogias de ensino e práticas de avaliação na sala de aula alinhadas com o novo currículo e apoiada pela implementação de centros de formação para professores nos 22 concelhos.

Embora as ações de formação possam ter-se sobreposto, tanto em termos dos temas abordados (métodos de ensino eficazes e melhor avaliação dos alunos) como dos horários dos professores envolvidos, o risco de sobreposição será reduzido com a novas iniciativas do Banco mundial no domínio da educação. Estas se centram-se no ensino secundário, nomeadamente com a instalação de redes com banda larga nos liceus, a criação de centros de formação a distância para os professores nos 22 concelhos e o apoio ao acesso às creches por parte das famílias desfavorecidas

As intervenções da Cooperação luxemburguesa dizem mais respeito à renovação e ao melhoramento dos edifícios, com um interesse marcado na construção de casas de banho, um elemento importante para encorajar as raparigas a frequentar a escola. A Cooperação luxemburguesa pretende também alargar o projeto RISE v.2.0 através da formação de cozinheiras nos concelhos que não puderam ser incluídos no projeto devido à falta de recursos.

VII.3. Eficácia

VII.3.1. Acesso

(11) Em que medida foi alcançado o resultado prioritário da componente 1 (Acesso) do projeto: "Aumento do número de crianças matriculadas no ensino pré-escolar e no ensino primário, incluindo a NEE"?

Pré-escolar

O número de crianças que frequentam o pré-escolar passou de 16400 para 16445 entre 2017-2018 e 2022-2023, mas o crescimento é maior se tivermos em conta o declínio demográfico: a taxa de

acolhimento passou de 82,0% para 86,4%. A tendência é ainda mais positiva para as raparigas, cuja taxa aumentou 6,2%.

Enquanto alguns concelhos conhecem uma taxa de acolhimento em crescimento (Santa Catarina de Fogo, Boa Vista, Ribeira Brava, São Miguel, São Filipe, Sal), a situação é mais preocupante nos concelhos de Tarrafal, Tarrafal de São Nicolau, Porto Novo e Praia. Nos três primeiros concelhos, a situação, de acordo com as informações recolhidas, poderia ser explicada pela migração de populações jovens para ilhas com atividades turísticas como Boa Vista ou Sal. Nesses concelhos, alguns jardins foram encerrados.

A situação mais preocupante se encontra na cidade da Praia, onde mais de 1.400 crianças não podem ser acolhidas. As visitas aos jardins-de-infância do concelho revelaram a existência de listas de espera para a inscrição. Infelizmente, estes jardins de infância só estão abertos de manhã e fecham à tarde por falta de monitores. Nos outros municípios da ilha de Santiago visitados, não havia listas de espera.

Concelho	Taxa de Acolhimento 4-5 anos				
	MF	F	M	2023-2018	2023-2018
				MF	F
Santa Catarina Fogo	100,0	100,0	100,0	26,5	34,3
Boa Vista	100,0	100,0	97,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	98,5	100,0	92,9	22,1	28,0
Maio	98,2	97,1	99,1	-1,0	-5,3
São Miguel	96,4	99,6	93,4	8,7	8,8
São Filipe	95,7	97,9	93,7	11,1	7,5
Sal	95,0	93,3	96,6	15,9	14,5
São Vicente	93,8	95,9	91,7	10,1	8,3
São Lourenço dos Órgãos	91,9	96,6	87,4	12,5	18,8
Santa Catarina	90,0	93,2	86,8	-1,0	5,0
Paul	89,9	86,3	93,7	-4,8	-4,3
Mosteiros	89,9	93,0	87,1	-2,0	-0,3
São Domingos	89,8	93,6	86,1	4,7	7,6
Brava	88,6	91,7	85,8	-7,3	-6,6
Santa Cruz	88,6	89,9	87,3	5,2	7,9
Ribeira Grande	88,1	97,2	79,4	0,1	8,4
Nacional	86,4	88,9	84,0	4,4	6,2
São Salvador do Mundo	84,8	77,1	92,3	12,5	6,7
Ribeira Grande de					
Santiago	84,1	81,2	86,9	19,5	17,6
Tarrafal	80,9	87,1	75,3	1,2	7,4
Praia	76,2	79,1	73,3	1,2	3,5
Tarrafal de São Nicolau	74,2	75,3	72,8	-4,1	-8,5
Porto Novo	72,9	73,5	72,3	-17,4	-14,6

Fonte: Ministério da Educação e cálculos dos autores. Dados provisórios para o ano letivo 2022/2023.

No que diz respeito às ações do projeto (atividade A.11.), 155 kits de equipamentos lúdicos e de cartazes pedagógicos (meta ultrapassada) foram distribuídos nos jardins geridos pelas Câmaras municipais (que representam 47 % do total dos jardins), mas nem todos os jardins puderam beneficiar deles (foram selecionados os mais necessitados e os que dispunham de um espaço suficiente para os

escorregadores). Os kits são utilizados e apreciados tanto pelas educadoras como pelas crianças. Segundo as educadoras, os cartazes didáticos, os instrumentos musicais e os pequenos equipamentos de cozinha são bons auxiliares pedagógicos.

Ensino básico obrigatório

A taxa líquida de escolarização para o ano 2022/2023 é de 90,4% (91,7% para as raparigas, 89,2% para os rapazes). Essa taxa significa que o ensino básico não consiga ainda a ser universalizado e além disso, ela diminuiu em comparação com 2017-2018, quando era de 92,4%. Considerando que os dados podem ser afetados por uma certa margem de erro estatístico (especialmente no que diz respeito aos números demográficos), a situação pode ser considerada estável, com 10% das crianças fora do sistema escolar obrigatório. Dos 22 concelhos, dez têm uma taxa de escolarização inferior a 90%, dos quais cinco na ilha de Santiago. Destaca-se a cidade da Praia, a mais populosa do país, onde a taxa baixou de 6%. De acordo com os dados do censo de 2021, 30% dos jovens com menos de 19 anos vivem nesta cidade.

Concelho	2022/2023			Diferença MF
	Taxa Líquida de Escolarização 2022/23			
	MF	F	M	
Tarrafal de São Nicolau	98,2	101,1	95,5	-0,1
Santa Catarina	98,0	100,6	95,3	3,2
Brava	96,6	95,1	98,1	-0,5
Ribeira Grande	96,4	97,7	95,1	6,0
São Lourenço dos Órgãos	96,1	94,9	97,2	-1,5
São Filipe	95,6	96,9	94,3	-0,6
Santa Catarina Fogo	95,3	92,8	97,4	11,4
São Vicente	94,2	97,2	91,4	2,7
Ribeira Brava	93,5	94,0	93,0	-6,5
Maio	92,8	98,8	87,8	2,1
Mosteiros	92,4	93,7	91,2	6,5
Paul	92,1	93,9	90,5	6,9
Santa Cruz	90,7	89,7	91,7	-3,6
Nacional	90,4	91,7	89,2	-2,0
Porto Novo	89,8	89,5	90,1	-3,5
Sal	89,7	90,8	88,7	3,8
Praia	88,5	89,9	87,1	-6,3
Tarrafal	87,8	86,8	88,8	0,0
Ribeira Grande de Santiago	86,7	84,4	89,0	14,6
São Salvador do Mundo	82,4	83,9	80,9	-4,4
São Domingos	82,2	84,8	79,7	-17,8
São Miguel	81,8	81,3	82,3	-11,9
Boa Vista	73,2	74,7	71,7	-9,6

Fonte: Ministério da Educação e cálculos dos autores. Dados provisórios para o ano letivo 2022/2023

No entanto, a decisão do governo de abolir as propinas para os oito anos de ensino básico obrigatório é um fator que poderia ter ajudado a aumentar a taxa de inscrição.

O fracasso da universalização do ensino básico não pode ser atribuído ao abandono escolar. A taxa de abandono escolar foi de 1,5% em 2022/23, inferior de 0,8% à registada em 2017/18. Há de se perguntar quais são os fatores subjacentes à não frequência universal da escola, se é devida a uma oferta insuficiente ou a uma procura frágil de escolarização.

O projeto RISE v.2.0 forneceu equipamentos às delegações para o acolhimento de NEE nos jardins-de-infância (atividade A.12). As observações no terreno revelaram que todas as delegações visitadas tinham recebido o equipamento. A DNE, que selecionou o equipamento, considera-o adequado. Contudo, como deve ter sido trazido do exterior, chegou mais tarde do que previsto.

Antes do projeto, as EMAEI dispunham de muito pouco equipamento, e o projeto ajudou a alterar esta situação. Os equipamentos são também utilizados para os alunos do ensino básico. Podem ser emprestados aos professores que os requisitarem.

As opiniões das equipas sobre a quantidade dos equipamentos fornecidos variam de um concelho para outro. Na delegação de Praia, por exemplo, o equipamento é considerado insuficiente, enquanto que em São Salvador do Mundo, a EMAEI se considera particularmente bem equipada. Esta opinião está certamente ligada ao número de crianças a serem atendidas, mais elevado na cidade de Praia.

Uma outra atividade (A.21) desta componente baseada no acesso e na qualidade visava fornecer TIC aos professores de EBO. Uma formação on line foi dada para capacitar os professores do Ensino Básico Obrigatório a utilizar o PowerPoint de maneira eficaz e pedagogicamente relevante como ferramenta didática. Essa formação teve início no dia 20 de dezembro de 2023 e envolveu 30 professores. O balanço que se faz da formação é satisfatório, pois os objetivos traçados foram atingidos.

A última atividade (A.22) desta componente diz respeito à criação de um centro de FAD em Praia. A sala se encontra em fase de finalização de equipamento e vai poder em breve ser utilizada para formação.

VII.3.2. Qualidade

(12) Em que medida foi alcançado o resultado prioritário da componente 2 (Qualidade) do projeto: "Um maior número de crianças melhora o seu nível de aprendizagem"?

Dada a escala temporal do projeto, é inconcebível que o projeto RISE v.2.0 ou mesmo os anteriores projetos QUIRD e RISE possam já ter tido uma influência mensurável no nível de aprendizagem dos alunos. Espera-se que esta influência potencial consiga ser medida numa data posterior.

O nível de aprendizagem dos alunos em Cabo Verde foi medido três vezes recentemente, com a ajuda de um financiamento do Banco Mundial. Em 2019, foi implementada uma avaliação nacional da aprendizagem para os alunos do 2º e 6º anos (Aferida). Em maio de 2022, foi realizada uma avaliação das aprendizagens (EGRA), com uma amostra nacionalmente representativa de alunos do 2º ano. E em 2023, o Ministério da Educação realizou uma segunda Aferida com alunos do 2º e 6º anos.

A avaliação de 2019 mostra que, embora a maioria dos alunos do 2º ano saiba ler (com algumas lacunas no conhecimento explícito da língua portuguesa), os resultados são mais preocupantes no que respeita à matemática. A maioria dos alunos tem enormes dificuldades em resolver exercícios. Este resultado aplica-se igualmente aos alunos do 6.º ano e a todos os concelhos. A avaliação de 2022 considerou que a maioria dos alunos do 2º ano tinha adquirido as competências básicas em português - por exemplo, em identificação de letras e compreensão auditiva - que os elementos constitutivos das competências de leitura de nível superior, necessárias para ler fluentemente. Mas os resultados da Aferida de 2023

ainda não foram publicados. De acordo com fontes oficiais contatadas durante a missão de avaliação, os resultados não mostraram uma evolução positiva em comparação com a Aferida de 2019, o que é parcialmente atribuído ao choque que a Covid causou no sistema de ensino.

Embora as taxas de aprovação sejam uma medida imperfeita do desempenho acadêmico dos alunos, podem refletir uma tendência. Por exemplo, a taxa média de aprovação no ensino básico a nível nacional baixou de 87,7% em 2017-18 para 83,5% em 2022-23. Neste último ano letivo, menos de 8 sobre 10 rapazes foram aprovados. A taxa de aprovação para os rapazes era 84,5% em 2017-18.

O fenómeno de baixa da taxa de aprovação é particularmente acentuado em alguns concelhos, como São Lourenço dos Órgãos, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos e Maio, o que mereceria uma análise atenta.

Concelho	2022/2023			Diferença
	Percentagem Aprovação			
	MF	F	M	
São Salvador do Mundo	86,4	92,7	80,5	-6,6
Praia	85,4	88,5	82,6	-4,3
Santa Catarina	85,3	90,2	80,5	-3,6
Tarrafal	85,2	89,4	81,4	-0,8
São Miguel	84,6	89,6	80,0	-3,3
Boa Vista	84,6	87,7	81,7	-1,9
Tarrafal de São Nicolau	84,5	89,7	79,6	-3,2
Paul	84,2	88,0	80,8	-1,7
Santa Cruz	84,2	88,7	80,1	-4,3
São Filipe	84,1	87,9	80,4	-1,0
Ribeira Brava	84,0	89,4	79,1	-3,3
Santa Catarina Fogo	83,8	89,0	79,5	-7,2
Mosteiros	83,7	90,2	78,1	-5,7
São Lourenço dos Órgãos	83,6	91,3	77,1	-13,2
Nacional	83,5	87,9	79,4	-4,2
Ribeira Grande de Santiago	82,3	87,5	78,0	-11,5
Ribeira Grande	81,6	87,6	76,1	-4,8
Porto Novo	81,6	86,9	76,5	-5,0
Sal	81,3	85,9	77,2	-3,6
São Domingos	80,0	87,0	73,8	-10,4
São Vicente	79,6	84,2	75,1	-2,8
Brava	79,4	85,9	73,5	-6,7
Maio	77,1	86,0	69,5	-10,6

Fonte: Ministério da Educação e cálculos dos autores. Dados provisórios para o ano letivo 2022/2023

A fim de melhorar a qualidade do ensino, a componente desenvolveu nove atividades. A primeira (atividade Q.11.) diz respeito à formação em língua portuguesa dos profissionais da educação pré-escolar. Todas as educadoras de todos os concelhos, que tinham recebido formação inicial do 8º ao 12º ano, beneficiaram desta formação. Numa segunda fase, foram incluídas as educadoras com formação do 4º ao 7º ano em apenas seis concelhos. O número total de formadas foi de 648 e a formação

terminou com o fim do financiamento. As observações no terreno mostram que todas as educadoras que receberam a formação a consideraram muito útil.

A atividade seguinte (atividade Q12) organizou sessões de formação sobre as novas orientações pedagógicas para as profissionais da educação pré-escolar. Os dois guias (orientações pedagógicas para EPE, Guia de atividades curriculares para EPE) foram distribuídos às educadoras.

Foram implementadas ações de formação e supervisão da implementação dos dois guias com 424 profissionais da EPE em 10 concelhos. A avaliação da formação pelos participantes foi muito positiva.

Observações em Ribeira Grande de Santiago e São Salvador do Mundo indicaram que os coordenadores formados ministraram a formação juntamente com técnicos do Ministério da Educação em todos os concelhos e a equipe da coordenação acompanhou os profissionais. As observações no terreno confirmam que todas as profissionais possuem os dois guias e os consideram-nos muito úteis.

A educação inclusiva foi o alvo da atividade Q13, que se traduziu pela formação de 34% dos profissionais da educação inclusiva por coordenadores de delegação (psicólogo, assistente social, educador, educação especial). Em setembro 2023, os coordenadores das EMAEI foram formados a nível nacional e, em seguida, eles próprios formaram os professores dos concelhos em sinalização. Isso foi confirmado pelas entrevistas com as professoras. As formações foram consideradas úteis, embora insuficientes (em Praia, elas embarcaram a metade dos professores) e os professores estão a pedir mais ajuda para saberem como agir melhor com alunos com NEE.

A originalidade da atividade Q.14 foi formar 405 cozinheiras das escolas do EBO (e também de alguns jardins de infância). Segundo a FICASE, este projeto envolveu seis concelhos e deveria continuar com um financiamento da Cooperação luxemburguesa. Em todas as escolas e jardins visitados, as cozinheiras receberam uma formação dada pela Escola de hotelaria e turismo de Praia. Esta formação foi muito bem avaliada, ajudando a melhorar o cardápio para maior satisfação das crianças e dando às cozinheiras noções básicas de dietética e segurança.

Uma formação em supervisão pedagógica foi organizada através da atividade Q.21. Assim, algumas coordenadoras receberam formação sobre como abordar os professores, preparar-se para a visita escolar e informar-se antecipadamente sobre a escola e o professor. Essa formação foi ministrada à distância (36 horas com dois dias de atendimento), o que gerou problemas para os profissionais que tinham dificuldade de acesso a uma rede de qualidade. As coordenadas formadas consideraram esta formação positiva.

O MOOC “Pedagogia Diferenciada” (Atividade Q22) foi desenvolvido tardiamente e acabou sendo finalizado em 2024. Ainda não foi divulgado, devido à sobrecarga de formação de professores.

Contudo, no terreno, existem profissionais que já receberam formação em pedagogia diferenciada, ainda que a maioria das professoras encontradas não tenha demonstrado noções nesta área.

Foi concluída a aquisição de materiais em pedagogia diferenciada prevista pela atividade Q.23 para as escolas cujos professores se inscreveram no MOOC. Como o MOOC não foi ainda divulgado, o material permanece na DNE por enquanto.

A busca por boas práticas no processo de ensino-aprendizagem na EPE foi realizada por meio do estudo da atividade Q.24. O relatório foi apresentado em fevereiro de 2024. O estudo baseia-se em entrevistas e questionários a treze coordenadoras de Delegações do Ministério de Educação, trinta e cinco coordenadoras de jardins privados e Câmaras Municipais, e cento e doze monitoras de infância em dez municípios e sete ilhas.

Várias conclusões e recomendações do relatório respondem às linhas gerais das atividades do Projeto RISE v.2.0 na área da EPE. Por exemplo, observou-se que as Orientações e o Guia de Atividades Curriculares constituíam bases importantes para responder ao planeamento e às situações concretas do quotidiano da educação pré-escolar. A recomendação de criação de programas de formação contínua para as monitoras e programas de planeamento e monitorização da ação educativa com indicadores e qualidade confirme o interesse das formações incluídas no Projeto. Na mesma linha, recomenda-se que as orientações curriculares incluam adaptações e sugestões de atividades para a inclusão de crianças com NEE. O estudo também considera importante criar kits de recursos ou portfolios de recursos com instruções de aplicação. Mas apesar dos avanços registados ainda faltam recursos pedagógicos e de acompanhamento da ação educativa, normativos, melhor sistema de supervisão e inspeção, bem como melhor adequação dos espaços físicos.

Uma observação crucial, que poderá influenciar a concepção de políticas futuras, enfatiza o impacto das características familiares no desenvolvimento infantil. Este impacto mostra que o incentivo à participação dos pais e à educação pré-escolar de alta qualidade pode introduzir alguma mudança nas trajetórias de desenvolvimento de crianças provenientes de famílias de baixos rendimentos e inseridas em contextos comunitários que enfrentam problemas socioeconómicos.

Dentro da Atividade Q25, foi realizado um estudo sobre “Boas práticas para avaliação e recuperação de alunos 2021-2022, 2022-2023”. O relatório foi apresentado em maio de 2024.

O estudo envolveu vinte e cinco dirigentes, trinta e nove professores, quatrocentos e sessenta quatro alunos, trezentos e trinta quatro pais e encarregados de educação nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Maio, contactados através de questionários ou entrevistados. Houve também algumas observações de em sala de aula.

Dentro das diversas recomendações do relatório, importa sublinhar a importância do acompanhamento às escolas pelas delegações, da formação contínua dos docentes, da identificação dos alunos com dificuldade de aprendizagem, da atenção dada aos alunos com NEE e da coordenação de ações com as famílias. Essas recomendações, tal como no relatório anterior, respondem à lógica de várias ações implementadas pelo Projeto RISE v.2.0.

Assim o relatório recomenda dotar as Delegações Escolares de recursos e competências para monitorizar e apoiar as escolas na implementação de estratégias de melhoria das práticas pedagógicas, garantindo que as escolas dispõem de orientações e materiais curriculares claros e detalhados, alinhados com as necessidades dos alunos do 1.º ciclo, fortalecer o monitoramento através de um sistema de supervisão e acompanhamento contínuo das ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas do 1.º ciclo.

No que diz respeito ao apoio aos docentes, as recomendações visam diversificar as estratégias de desenvolvimento profissional docente através da integração de modalidades de formação contínua, como oficinas, grupos de estudo e projetos de investigação-ação e a personalização do acompanhamento dos professores, via o estabelecimento de um sistema de mentoria e coaching, com docentes mais experientes apoiando colegas com maiores dificuldades. Também é importante promover ações de formação contínua voltadas para o desenvolvimento das competências pedagógicas dos docentes do 1.º ciclo.

O acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem parece ser uma tarefa essencial para combater as reprovações e a evasão. Isso passa por sistematizar a identificação de alunos que apresentam essas dificuldades e implementar planos de apoio e recuperação, tanto nas aulas como nos períodos extracurriculares. Esta atenção aos alunos mais fracos exige uma estratégia explícita por

parte da escola, com uma avaliação diagnóstica no início do ano letivo, visando identificar as aprendizagens não consolidadas pelos alunos. Ela deve envolver também o fortalecimento de uma cultura de partilha e reflexão colaborativa, que promove espaços regulares de discussão e análise das práticas pedagógicas, com a participação dos docentes, dos coordenadores e das equipas de gestão. Por parte da delegação, seria necessário assegurar um sistema de supervisão e acompanhamento contínuo das ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas do 1.º ciclo e reforçar a atuação dos conselhos pedagógicos e das reuniões de coordenação, envolvendo a equipa de gestão e os docentes na análise dos resultados e na definição de estratégias de melhoria.

O relatório insiste também no fortalecimento do acompanhamento individualizado e da monitorização próxima dos planos educativos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais.

Tal como o relatório sobre as boas práticas no EPE, este enfatiza a importância de mobilizar a comunidade e os encarregados de família para o sucesso da educação das crianças. Esta estratégia passa pelo fortalecimento da comunicação e da parceria escola-família que supõe canais de comunicação diversos e eficazes (presenciais, digitais, etc.), como por encontros regulares com os pais/encarregados de educação, abordando temas relevantes para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. É importante conscientizar os pais/encarregados de educação sobre a importância do acompanhamento escolar dos filhos. Às vezes, seria necessário capacitar os pais/encarregados de educação em estratégias de acompanhamento e apoio à aprendizagem dos filhos em casa, especialmente quando se trata de alunos com dificuldades.

As escolas podem procurar aumentar a integração da comunidade local nas atividades escolares, convidando membros da comunidade com competências específicas para participarem em atividades curriculares e extracurriculares. Por parte das delegações, poderiam ser desenvolvidos mecanismos de reconhecimento e premiação de escolas que se destaquem por promoverem um forte relacionamento com as famílias e a comunidade e divulgar experiências bem-sucedidas de integração escola-família-comunidade, como forma de inspirar outras instituições educativas.

VII.3.3. Pilotagem

(13) Em que medida foi alcançado o resultado prioritário da componente 3 (Pilotagem) do projeto: “Mecanismos de gestão harmonizados que melhoram a qualidade das ferramentas de pilotagem do sistema”?

Atividade P11: Acompanhamento da aplicação das novas orientações pelos técnicos do ensino pré-escolar integrados na DNE

A Unidade da Gestão Educativa da DNE realizou a supervisão pedagógica nos jardins de infância de nove conselhos, com os objetivos de garantir a organização e higienização dos espaços educativos, de verificar o uso de materiais lúdico-didáticos doados aos jardins de infância, de acompanhar a aplicação da formação em língua portuguesa na prática educativa e de melhorar o desempenho e a prática pedagógica. A equipe visitou cento e dois jardins de infância e cento e entrevistou sessenta e seis profissionais.

Várias recomendações provem do relatório, entre as quais a implementação das orientações pedagógicas e a aplicação dos conhecimentos adquiridos na formação de língua portuguesa.

Atividade P21: Formação em gestão baseada nos resultados para serviços centrais e delegações

Foi ministrada formação em gestão orçamental e financeira a todos os delegados, todos os diretores administrativos e financeiros e diretores adjuntos de escolas primárias e secundárias, técnicos da DGPOG e técnicos dos serviços administrativos e financeiros do ME. Estas ações de formação decorreram em todos os concelhos e envolveram 273 participantes. A formação foi essencialmente teórica e precisaria de mais atividades práticas.

Atividade P22: Formação de gestores e coordenadores educativos sobre o novo modelo de gestão, planeamento estratégico, gestão administrativa e financeira

Atividade P23: Formação de professores sobre o novo modelo de gestão

As atividades P.22 e P.23 foram agrupadas, com formações nos concelhos no Novo Modelo de Gestão destinadas aos Professores, Serviços de Delegações e Coordenadores. O conteúdo destas formações consistiu na apresentação dos novos normativos de gestão pedagógica, do regime da Organização, Administração, Gestão e Funcionamento dos Estabelecimentos Públicos dos Ensinos Básico e Secundário, dos currículos dos Ensinos Básico e Secundário, do sistema de avaliação e dos princípios e normas da educação inclusiva.

Essas formações ofereceram aos professores a oportunidade de expressarem as dificuldades que encontram na compreensão dos textos regulamentares e no exercício da sua profissão, perante alguns alunos não motivados, alunos com atrasos em competências supostamente adquiridas, alunos com NEE, uma sobrecarga dos programas... Ficou claro, entre várias dificuldades, que os professores encontram-se muitas vezes desamparados face aos alunos com NEE e que precisam de auxílio. Além disso, as atividades de reforço nos períodos contrários às aulas precisam ser melhor organizadas, com professores mais comprometidos e locais apropriados.

Atividade P31: Workshop participativo com os serviços centrais e os Delegados/as para desenvolver documentos de referência do Projeto Escola

Esse workshop foi organizado para partilhar o Relatório "Resultados do Diagnóstico sobre estado de arte de elaboração de Projeto Educativo nos agrupamentos e escolas não agrupadas em Cabo Verde". Este relatório, baseado em um levantamento das unidades educacionais, proporcionou uma melhor compreensão da organização administrativa dessas unidades e estabeleceu um inventário do desenvolvimento e da existência de projetos educacionais nas unidades. A análise permitiu identificar necessidades em termos de implementação prática dos projetos e preparar o conteúdo da formação a organizar para reforçar a preparação dos projetos.

A atividade P.32 previa a formação de gestores de EPE e EBO no desenvolvimento do projeto escolar/educativo.

De outubro a dezembro de 2023, técnicas da Direção Nacional da Educação organizaram nos vários concelhos reuniões de seguimento da elaboração e implementação do Projeto Educativo nos agrupamentos e nas escolas isoladas. O objetivo foi fazer um balanço a respeito do atendimento à formação ministrada através da internet e do nível de realização do plano. O atendimento variou muito dependendo do concelho, com participação de todas as equipas em alguns concelhos até uma participação nula em outros. Mas, na realidade, pode-se dizer que a participação foi relativamente baixa. O maior problema mencionado é a falta de internet, mas também tem havido problemas com conflitos de agendamento. Vale destacar também a rotatividade das equipas de direção.

Alguns concelhos já possuíam projetos educativos, mas estes foram desenvolvidos antes da promulgação do novo modelo. Dos 80 concelhos/escolas isoladas pesquisados, três afirmaram ter um plano alinhado ao novo modelo.

A coordenação do Projeto RISE v.2.0 de acordo com a DNE decidiu organizar uma formação com trinte tutores que ficarão responsáveis por promover o projeto educativo e ajudar na sua realização. Essa formação foi ministrada no início de 2024, com partes síncronas e assíncronas. A avaliação desta formação pelos formandos foi positiva, ainda que tenham sido destacados problemas de internet.

As observações de terreno ilustram o balanço realizado pelas técnicas da DNE no final de 2023. Várias delegações encontradas desenvolveram atividades de elaboração dos projetos educativos. Essas atividades estão ainda em fase de análise. Pôde-se observar que o método SWOT é bem divulgado e bem assimilado.

Por exemplo, na cidade de Praia, foi dada formação dos diretores de agrupamentos para a preparação de projetos que durou vários meses. A formação baseou-se numa análise SWOT de cada escola. Os formadores e formados declararam-se satisfeitos com a formação. Em São Domingos, a Delegada explicou que houve uma formação no âmbito do projeto educativo, mas como se tratava de uma formação à distância, várias professoras não a acompanharam, por falta de rede e de transporte. Contudo, visitas a escolas e agrupamento confirmaram que o processo de realização dos projetos está em andamento.

Contudo, de acordo com as observações no terreno, uma delegação não lançou quaisquer atividades em torno do projeto de educação. Foi salientado que este projeto não estava previsto na lei.

Dois limites podem ser encontrados para esta atividade. De um lado, há por vezes confusão entre o plano de atividades e o projeto escolar. Por outro lado, como acontece com todas as formações organizadas, nem todos puderam participar. Será importante para o Ministério continuar esta formação, nomeadamente no que diz respeito aos novos diretores.

O MOOC "Projeto Escolar/Educativo" previsto na atividade P.33. foi concluído em fevereiro de 2024. Foram formados tutores para apoiar os atores do sistema, com a ajuda da Universidade Nova de Lisboa para a parte técnica. E provável que a formação de tutores permitirá aos coordenadores, diretores e professores entender melhor o que é um projeto educativo, como o elaborar, implementar, monitorizar e avaliar. Um guia foi também realizado a esse respeito.

A formação à distância está prestes a começar, mas, segundo os técnicos, alguns profissionais podem encontrar um problema de rede. Embora existam centros de recurso em todos os concelhos com acesso à internet, as observações de terreno mostram que problemas de transporte podem dificultar a chegada a esses centros.

VII.3.4. Estratégia e desempenho

(14) Em que medida foi alcançado o resultado prioritário da componente 4 (Estratégia) do projeto: "A revisão anual facilita o acompanhamento do desempenho"?

Atividade S11: Preparação do novo Plano Estratégico da Educação 2022/2026

O Plano estratégico foi elaborado e divulgado com novas orientações. Este documento resulta da supervisão de um Grupo de Coordenação, que formou grupos de trabalho compostos por dirigentes

dos serviços centrais e desconcentrados do Ministério da Educação e técnicos especializados do ME e organizações parceiras para análise das áreas temáticas de interesse para o Planejamento Estratégico. O exercício de planejamento e de projeção contou com a consultoria e o apoio técnico do IIEP- UNESCO (Argentina), e o apoio financeiro do Fundo Global para a Educação/UNICEF e do Banco Mundial.

É interessante destacar quantas das ações previstas no Plano Estratégico estão alinhadas com os rumos para os quais os projetos QUIRD, RISE e RISE v.2.0 foram direcionados. Os níveis de ação estão estruturados entre acesso inclusivo e equitativo, qualidade e relevância, e gestão eficaz e eficiente. Na educação pré-escolar, entre vários projetos, está a universalização do acesso equitativo auxiliada pela consolidação do programa de alimentação nos jardins, a promoção da qualidade das aprendizagens, através de práticas educativas alinhadas com as diretrizes pedagógicas da EPE, do reforço de materiais lúdicos e pedagógicos e da adequação dos espaços educativos de aprendizagem às exigências do guia de orientações. Está também previsto reforçar a qualificação dos profissionais de infância.

Entre os cinco projetos relativos ao Ensino Básico Obrigatório, o reforço do acesso universal equitativo e inclusivo prevê o acolhimento e a integração de crianças com NEE. O fortalecimento da qualidade do processo de ensino/aprendizagem deve ser alcançado através da consolidação da formação pedagógica dos professores, da capacitação dos professores em práticas de gestão do currículo e avaliação. Aumentar a inclusão e melhorar as aprendizagens das crianças com necessidades educativas especiais exigirá a atualização do mapeamento do número de crianças com NEE, a sensibilização das famílias para aumentar inclusão na escola de crianças com NEE, o reforço em materiais lúdicos e pedagógicos e o fortalecimento das EMAEIs em todos os concelhos. Por último, o reforço da capacidade institucional das unidades educativas passa pela capacitação dos dirigentes e responsáveis dos órgãos de gestão e pelo reforço da comunidade educativa no uso do SIGE nas suas diversas aplicações.

No que diz respeito ao eixo “Gestão e governação”, o fortalecimento institucional dos serviços centrais e locais em termos de gestão/planejamento e monitorização das políticas educativas bem como o desenvolvimento do Programa de Formação de Professores estão entre os projetos destacados.

Atividade S12: Participação na iniciativa "Transformar a Educação"

O projeto RISE V.2.0. financiou parcialmente a organização de consultas organizadas pelo Ministério da Educação com atores da educação e representantes da sociedade civil ao nível central e desconcentrado. Os relatos alimentaram a redação dos textos que foram apresentados na Cimeira "Transformar a Educação" realizada em setembro de 2022 em Nova Iorque.

Atividade S21: Módulo para alunos com necessidades especiais (NEE) no SIGE

O módulo está na fase de teste e será disponível no SIGE no início do próximo ano letivo.

Atividade S22: Workshop técnico para preparar o relatório anual de desempenho de 2023

Uma equipa de consultores foi identificada para preparar o relatório, mas este não foi elaborado e o workshop não aconteceu. Apesar dos objetivos do projeto, não foi possível incentivar o Ministério da Educação a organizar uma revisão conjunta anual.

(15). Em que medida o projeto reforçou a qualidade do ensino e dos serviços prestados nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico obrigatório?

Todos os componentes contribuíram para melhorar a qualidade do ensino e dos serviços no sistema de educação e ensino, embora a situação atual deva ainda ser consideravelmente reforçada. As entrevistas com os profissionais do sistema educativo, a todos os níveis, revelaram que o projeto representou uma ajuda importante no reforço da qualidade. Nos jardins-de-infância, este contributo incluiu os kits ludo-pedagógicos, os equipamentos para crianças com NEE, as formações das cozinheiras, das educadoras em língua portuguesa, a distribuição e utilização dos guias. No ensino básico, as formações no novo modelo de gestão, em supervisão pedagógica, no projeto escolar, em TIC, a formação das cozinheiras são insumos importantes para melhorar a qualidade. Os MOOC representam ferramentas importantes de formação, mesmo que ainda não divulgados. Isso também se aplica ao centro de FAD equipado na cidade de Praia.

A atenção dada aos alunos com NEE, seja através da formação e do equipamento das EMAEI ou da elaboração do módulo específico no SIGE, é uma vertente sublinhada várias vezes pelos atores.

(16). Até que ponto o projeto reforçou a monitorização e avaliação da implementação do plano estratégico para a educação (PEE)?

O projeto apoiou a elaboração do novo Plano estratégico da educação, mas pouco conseguiu na monitorização e na avaliação da implementação.

(17). Até que ponto a cobertura prevista do programa (em termos de população e estruturas afetadas) poderia ter sido alcançado?

A população alvo (crianças dos jardins, alunos do ensino básico, profissionais do sistema educativo) como as estruturas (jardins, escola, Ministério da Educação) foram alcançadas. Mas muitas crianças ainda enfrentam dificuldades (alunos com NEE, crianças com dificuldades de aprendizagem por falta de enquadramento e de motivação, crianças fora do sistema). Profissionais de todos os níveis precisam de formação contínua.

A elevada rotatividade nas equipas de direção significa que responsáveis recém-nomeados podem não ter recebido a formação dada antes da sua nomeação.

(18). Que fatores (internos e externos ao UNICEF/M.E.) contribuíram para a consecução dos objetivos e resultados do projeto?

O alcance dos objetivos do projeto e os resultados positivos se devem a um design que atendeu às necessidades. Como o projeto RISE v.2.0 veio na sequência dos projetos QUIRD e RISE, ele pôde adaptar as suas ações em função das ações inacabadas, ou de necessidades que pudessem ter surgido no momento da execução destes programas. Vale destacar também o excelente relacionamento entre a coordenação do projeto com os executivos do ME e com o GLPE (parceiros e sociedade civil). A qualidade dos executivos do ME e a boa organização administrativa do país foram também fatores favoráveis.

(19). Quais são os fatores (internos e externos ao UNICEF/M.E.) que impediram a concretização dos objetivos e resultados do projeto? Que medidas corretivas, se houver, foram adotadas para mitigar os desafios encontrados?

Os objetivos foram atingidos e os resultados foram os esperados, segundo a opinião dos diretores da DGPOG e da DNE, as duas direções diretamente envolvidas e mais beneficiadas no projeto.

Devido a problemas de rede, de transporte e de luz, alguns formantes não conseguiram acompanhar e concluir adequadamente os cursos de formação oferecidos à distância. As dificuldades de acesso causaram por vezes um certo desânimo entre estes formandos.

A solução proposta é desenvolver a formação de tutores e formações assíncronas.

VII.4. Eficiência

(20). Até que ponto os recursos financeiros, humanos e patrimoniais foram:

o Suficientes (em termos de quantidade) em relação às necessidades identificadas e aos resultados esperados?

o Adequados (em termos de qualidade) em relação aos resultados esperados?

o Implantados no prazo?

O projeto RISE v.2.0 permitiu corrigir os atrasos nos projetos QUIRD e RISE. As atividades foram planejadas com base nos recursos disponíveis, o que permitiu a equivalência entre os dois. As atividades foram realizadas de acordo com o plano previsto, com uma exceção (relatório anual de performance do ME que não foi implementado).

Porém, como já destacado, tendo em conta as necessidades do sistema, em termos de capacitação dos profissionais, de apoio aos alunos com fraco desempenho, de estrutura de avaliação do sistema, de ferramentas de gestão, etc., o projeto só conseguiu remediar parte das deficiências do sistema.

(21). Em que medida a implementação do projeto permitiu desenvolver sinergias com outras iniciativas atuais que permitem uma utilização otimizada dos recursos disponíveis?

O projeto garantiu sinergias com o Banco Mundial e com a Cooperação luxemburguesa.

(22). Existiam outras estratégias alternativas que poderiam ter sido implementadas para atingir o mesmo nível resultados?

O projeto apresenta uma lógica que permite abranger as quatro dimensões: acesso, qualidade, pilotagem e estratégia. Certos aspetos poderiam ter sido aprofundados em termos de monitorização do sistema educativo, por exemplo com desenvolvimento de ferramentas de gestão apropriadas. O apoio às crianças com baixo desempenho ou falta de motivação escolar deve ter em conta o meio familiar, e contar com estratégias de intervenções que iriam além do sistema educativo, com a participação do Ministério da Família e das associações de bairro.

VII.5. Durabilidade

(23). Até que ponto as comunidades visadas se apropriaram das intervenções e realizações do projeto?

As realizações financiadas pelo projeto agora fazem parte do património do Estado: kits, guias, MOOCs, FAD, equipamento das EMAEI. O projeto apoiou rotinas administrativas que vão continuar, como o projeto escolar. As formações dadas aos profissionais do sistema educativo desenvolveram capacitações duráveis.

(24). Qual é a probabilidade de que o progresso na qualidade da educação e dos serviços prestados em os estabelecimentos de ensino pré-escolar e de ensino básico obrigatório continuam após o fim?

Muitos elementos do projeto terão impacto a curto e médio prazo, como o projeto escolar, a melhor sinalização das crianças com NEE, o módulo NEE no SIGE, todas as formações, e as ferramentas de formações como os guias e os MOOCs.

(25). Até que ponto as autoridades nacionais se apropriaram das realizações do projeto e estão preparadas para dar continuidade ao monitoramento do desempenho do PEE?

Esta questão representa a zona cinzenta do projeto, na medida em que o Ministério não percebeu a importância de dispor de uma estrutura de avaliação do sistema educativo. No entanto, a lei permitiria a criação de uma estrutura deste tipo.

(26). Que mudanças devem ser feitas no atual conjunto de parcerias para promover sustentabilidade a longo prazo?

Seria útil envolver mais parceiros, como a UNESCO, para desenvolver atividades de formação em avaliação e gestão do sistema educativo. Seria também importante coordenar com o projeto do Banco mundial a participação de Cabo Verde em operações internacionais de avaliação de desempenho dos alunos do ensino básico, como as do PASEC da CONFEMEN.

VII.6. Atenção dada aos direitos humanos, ao género e à equidade

(27). Até que ponto as intervenções levam sistematicamente em conta considerações relacionadas com direitos humanos, igualdade de género e equidade quanto a:

o Design e planeamento?

o Implementação?

O alvo do projeto são as crianças, da idade do pré-escolar até o fim da escolarização obrigatória, do país inteiro, com uma atenção particular dada aos alunos com necessidades educativas especiais.

(28). Até que ponto as intervenções conseguiram chegar às mulheres (profissionais da primeira infância, Professoras, Diretoras, Coordenadoras), raparigas e crianças que são as mais vulneráveis e tradicionalmente excluídas do sistema educacional? (Foco na equidade)?

Como a grande maioria dos profissionais da educação, educadores, professores, coordenadores, diretores são mulheres, o projeto chegou essencialmente às mulheres. A tal ponto, que muitas vezes neste relatório, utilizamos o género feminino para escrever esses substantivos.

O apoio às crianças com NEE é outra característica forte do projeto.

(29). Até que ponto o sistema de monitorização, avaliação e elaboração de relatórios tem em conta considerações relacionadas com direitos humanos, igualdade e equidade de género, incluindo desagregação de dados por categorias género, faixa etária, região e estatuto socio-económico?

O sistema de monitorização, avaliação e elaboração de relatórios leva efetivamente em conta a questão de género através de desagregação de dados, por género e concelho. As questões dos direitos humanos encontram-se subjacentes às informações que dão conta das políticas, das estratégias e intervenções de educação para todos, de responder às necessidades das pessoas (crianças) em situação de vulnerabilidade e em risco de ficar para trás.

VIII. Conclusões finais

O ponto mais importante está no fato de que os objetivos do Projeto RISE foram atingidos e os resultados foram os esperados, segundo a opinião dos diretores da DGPOG e da DNE, as duas direções diretamente envolvidas e beneficiadas pelo projeto. O alcance dos objetivos e os resultados positivos devem-se a um design que atendeu às necessidades e também ao excelente relacionamento entre a coordenação do projeto com os executivos do ME e com o GLPE (parceiros e sociedade civil). A qualidade dos executivos do ME e a boa organização administrativa do país foram também fatores favoráveis.

A conclusão de todas as atividades planeadas é confirmada pela revisão dos relatórios de todas as ações e pelas entrevistas com os participantes, mesmo que possa ter ocorrido um atraso na implementação de algumas ações.

Os objetivos do Projeto se mostraram alinhados com as prioridades do Plano Estratégico da Educação. Na educação pré-escolar, as atividades do Projeto refletem as orientações que eram: acesso equitativo, qualidade e eficiência e gestão eficaz e eficiente. No ensino básico obrigatório, as principais orientações de acesso equitativo, qualidade e pertinência e gestão eficaz e eficiente deviam traduzir-se na procura do reforço dos mecanismos de combate ao abandono e insucesso escolar, através de apoios pedagógicos e sociais e do reforço da formação específica e do apoio pedagógico aos professores. Estas orientações encontraram respostas através das ações implementadas nesse nível. Foi dada também, como esperado no Plano, particular atenção aos alunos com necessidades especiais.

No que diz respeito aos resultados do Projeto em termos de acesso, as observações ao nível da pré-escola mostram que os kits disponibilizados às creches são efetivamente instalados e utilizados, para grande satisfação dos profissionais e das crianças, mesmo que nem todas as creches estejam equipadas com eles. Materiais educativos para crianças com necessidades educativas especiais foram distribuídos a equipas multidisciplinares que apoiam a educação inclusiva e a formação na sinalização destas crianças foi amplamente organizada.

No que tange às atividades do projeto desenvolvidas na área da qualidade, elas foram todas concluídas como previsto. A formação em língua portuguesa das monitoras do pré-escolar foi considerada muito útil, como a formação no uso dos guias de orientações pedagógicas e de atividades curriculares do EPE e como a formação em supervisão pedagógica. A formação para as cozinheiras foi muito bem avaliada, ajudando a melhorar as receitas para maior satisfação das crianças e dando às cozinheiras noções básicas de dietética e segurança. O MOOC sobre a pedagogia diferenciada está pronto, o material destinado aos professores foi adquirido, espera-se somente que a DNE lance os programas de formação.

Em termos de instrumentos de pilotagem, os resultados são mais moderados. No que diz respeito ao objetivo de ver grupos escolares e escolas isoladas criarem um projeto escolar, o trabalho ainda está em curso. Um Guia de apoio para a concepção, execução, monitorização e avaliação do projeto educativo foi disponibilizado aos intervenientes no início de 2023. Foram organizadas ações de formação, tanto presenciais como à distância, mas o processo parece complexo para muitos profissionais da educação. Para ajudar os intervenientes no sistema educativo, foi criado um MOOC, foram formados tutores e o Ministério deverá prosseguir a atividade.

Também tem sido difícil pôr em prática métodos de gestão baseados em resultados, salvo algumas exceções interessantes.

As formações no Novo Modelo de Gestão ofereceram aos professores a oportunidade de expressarem as dificuldades que encontram na compreensão dos textos regulamentares e no exercício da sua profissão, perante alguns alunos não motivados, alunos com atrasos em competências supostamente adquiridas, e os alunos com NEE, tantas observações que merecem ser levadas em consideração pelas iniciativas a serem tomadas pelo ministério da Educação.

No domínio da estratégia, o projeto RISE v.2.0 financiou parcialmente a organização de consultas que conduziram à elaboração dos textos apresentados na Cimeira "Transformar a Educação", realizada em setembro de 2022, em Nova Iorque e ajudou na preparação do Plano Estratégico da Educação 2022-2026. Também permitiu o desenvolvimento do módulo específico para crianças com NEE no SIGE. No entanto, não conseguiu incentivar o Ministério da Educação a organizar uma revisão anual conjunta do sistema educativo, como previsto.

De um modo geral, o projeto correu conforme planeado, ainda que tenha havido alguns atrasos devido à sobreposição de determinadas ações com o mesmo público-alvo e aos reajustes a efetuar junto da DNE.

No que diz respeito às dificuldades encontradas pelo Projeto, podemos destacar os problemas de rede, transporte e fornecimento regular de energia elétrica, que dificultaram as formações à distância. A solução encontrada é desenvolver a formação de tutores e formações assíncronas.

A compatibilidade das ações com outros parceiros não encontrou grandes dificuldades. Na área da educação em Cabo Verde, além do programa financiado pela Parceria Global para a Educação e gerido pela UNICEF, se encontram dois atores importantes, o Banco Mundial e a Cooperação Luxemburguesa. Se houver algumas sobreposições entre atividades de formação do Projeto RISE e do projeto anterior do Banco Mundial, o risco é agora reduzido devido à clara divisão dos setores apoiados pelas duas organizações e a complementaridade que existia entre o projeto RISE v.2.0 e o projeto do Banco Mundial deveria fortalecer-se. A cooperação luxemburguesa deveria continuar a parte de formação das cozinheiras das escolas, o que representa um outro exemplo de sinergia entre projetos internacionais.

No que diz respeito aos resultados macro do projeto, em termos de acesso, é importante destacar o progresso da taxa de acolhimento no pré-escolar, mesmo se a situação fica preocupante em alguns concelhos, e nomeadamente na cidade de Praia. Entretanto, a taxa líquida de escolarização no ensino básico obrigatório baixou ligeiramente em relação a 2017 e 10% das crianças estão fora da escola. Contudo, como já destacado, todas as atividades previstas pelo projeto em termos de acesso foram realizadas com sucesso e com apreciação positiva por parte dos beneficiários.

As avaliações de desempenho dos alunos mostram que, embora a maioria dos alunos têm o domínio do português (mesmo com algumas lacunas), os resultados são mais preocupantes no que respeita à matemática. A maioria dos alunos tem enormes dificuldades em resolver exercícios. Esse resultado indica que uma ação de formação inicial e contínua em didática da matemática deve ser organizada. Houve também uma queda da taxa de aprovação que põe em questão as estratégias pedagógicas usadas levando em consideração o nível de competência e empenho dos alunos.

Dada a escala temporal do projeto, é inconcebível que o projeto RISE v.2.0 ou mesmo os anteriores projetos QUIRD e RISE possam já ter tido uma influência mensurável no nível de aprendizagem dos alunos. Espera-se que esta influência potencial possa ser medida numa data posterior.

Para melhorar o desempenho do sistema educativo cabo-verdiano é necessário convencer o Ministério da Educação a reforçar as atividades de avaliação do sistema, através de avaliações conjuntas anuais, da criação de uma estrutura dedicada à avaliação do sistema dentro da DGPOG e da participação em operações internacionais de desempenho dos alunos. Também parece de maior relevância enfrentar o problema dos alunos com baixo desempenho acadêmico e falta de motivação acadêmica, com ações que vão além da escola, o que envolvem atenção aos encarregados da educação desses alunos.

Finalmente, apesar de todas as componentes do projeto contribuírem para a melhoria da qualidade do ensino e dos serviços no sistema educativo, é importante sublinhar que a situação atual ainda necessita de ser consideravelmente reforçada.

IX. Lições aprendidas

A lição mais importante é que o Ministério da Educação, por si só, não conseguirá resolver os problemas de desempenho dos alunos com maiores dificuldades. De facto, uma grande parte destes problemas está ligada ao contexto familiar destas crianças. Os profissionais com quem nos encontramos referiram várias vezes que muitas crianças são educadas por mães solteiras que trabalham fora de casa, ou por familiares quando os pais emigraram, o que é uma situação frequente. Estas crianças não beneficiam em casa de um acompanhamento e de uma supervisão escolar que as-poderiam ajudar. Muitas vezes, não estão sujeitas a qualquer autoridade que as encoraje a seguir os cursos de apoio especialmente concebidos para elas.

Os dois relatórios sobre as boas práticas enfatizam a importância de mobilizar a comunidade e os encarregados de família para o sucesso da educação das crianças. Esta estratégia passa pelo fortalecimento da comunicação e da parceria escola-família que supõe canais de comunicação diversos e eficazes (presenciais, digitais, etc.), como por encontros regulares com os pais/encarregados de educação, abordando temas relevantes para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

E importante conscientizar os pais/encarregados de educação sobre a importância do acompanhamento escolar dos filhos. Às vezes, seria necessário capacitar os pais/encarregados de educação em estratégias de acompanhamento e apoio à aprendizagem dos filhos em casa, especialmente quando se trata de alunos com dificuldades.

Ficou claro, entre várias dificuldades, que os professores são muitas vezes desamparados face aos alunos com NEE e que precisam de auxílio. Além disso, as atividades de reforço nos períodos contrários as aulas precisam ser melhor organizadas, com professores mais comprometidos e locais apropriados.

Uma segunda lição tem a ver com a necessidade para o ministério da Educação de reforçar as atividades de avaliação do sistema, através revistas conjuntas anuais, a criação de uma estrutura dedicada a avaliação de sistema na DGPOG como a participação a operações internacionais de desempenho dos alunos. A implementação de painéis de desempenho ao nível de cada escola permitiria também uma pilotagem mais eficaz do sistema, uma vez que a estrutura geográfica do país não facilita uma supervisão continua.

X. Recomendações estratégicas e operacionais

Continuar as ações já engajadas: equipar os jardins-de-infância que necessitam recursos ludo-pedagógicos, o apoio à capacitação das monitoras, a formação dos professores em TIC, formação das cozinheiras, etc.

Acesso

As visitas organizadas no âmbito da avaliação revelaram que, na cidade de Praia, a oferta de jardins-de-infância não corresponda à demanda e que existem listas de espera. É importante apoiar a criação e o equipamento de jardins-de-infância nas áreas de maior concentração demográfica. Os jardins-de-infância que funcionam em regime de turma única, por falta de educadores, devem também ser dotados das condições necessárias para funcionarem em regime de duas turmas.

As escolas de ensino básico precisam de ser melhor equipadas em equipamento de TIC, nomeadamente nas salas de professores.

Qualidade

A ambição de melhor sinalizar e acompanhar as crianças com NEE deve passar pelo reforço em recursos humanos das EMAEI, bem como pela disponibilização de auxiliares de salas de aula para os professores que têm de ensinar alunos com NEE. Os professores precisam de mais formações sobre como lidar com alunos com NEE.

Sabendo que muitos alunos com maus resultados académicos e falta de motivação na escola são criados por mães solteiras ou por familiares quando os pais migraram, é necessário organizar uma intervenção maciça e específica para eles. Por parte do ministério da Educação, como inicialmente previsto pelo projeto RISE, é necessário capacitar formadores de coordenadores de ação social escolar. Seria importante apoiar a iniciativa prevista pelo Plano Estratégico da Educação (p.74) que propõe a reconversão (após formação) de uma parte do pessoal docente excedentário em tutores, com o objetivo de apoiarem os alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamentos desviantes. O ministério deveria também lançar uma iniciativa ambiciosa, em colaboração com o ministério da Família e as associações de bairro, para criar um sistema durável de apoio para estas crianças.

Para melhor situar o nível de desempenho dos alunos e pilotar melhor o sistema educativo, é importante que o Cabo Verde participe de um dispositivo de avaliação internacional do desempenho académico dos alunos do ensino básico, com países comparáveis. O programa PASEC da CONFEMEN poderia representar uma oportunidade nesse sentido.

É necessário reforçar a formação inicial dos docentes em didática da matemática e em alfabetização, e implementar ações de formação continua nestas áreas.

Pilotagem

Conceber um sistema de ferramentas de gestão, como painel de gerenciamento ao nível de cada escola e indicadores de desempenho, para comparar facilmente o desempenho de cada escola e identificar problemas e êxitos.

Formar os diretores a alimentar os painéis de desempenho e como utilizar o sistema

Formar a equipe de avaliação do sistema, a nível do ministério da Educação, a utilizar as ferramentas

Estratégia

Reforçar os recursos humanos do ME encarregados da implementação e do acompanhamento das ações desenhadas pelo Projeto, para evitar os atrasos na execução

Implementar uma estrutura dentro do ME, na DGPOG ou na DNE, encarregada da gestão do Projeto

Estabelecer sistematicamente uma Revista conjunta anual, que reúne os executivos do ministério da Educação e os parceiros internacionais, afim de fazer um balanço do avanço dos vários projetos e da evolução do desempenho do sistema educativo.

XI. Anexos

XI.1. Termos de referencia

Ver arquivo anexado

XI.2. Lista das pessoas encontradas

Abrão Borges, Presidente, Rede Escolas para Todos

Adelisa Lopes, Coordenadora, Praia

Adison Freire, Presidente, FICASE

Adriano Moreno, Diretor, Direção nacional da educação

Alcides Borges, Coordenador Superior 2º ciclo, Santo Domingo

Ana Celestina de Sena, Coordenadora 1º ciclo, Santo Domingo

Ângela Maria Varela, Diretora do Agrupamento 1, Praia

Ana Cristina Pires Ferreira, Program Specialist Education, UNICEF

Ana Silva, Diretora, DGPOG

Anilda Neves, Coordenadora, EMAEI, Ribeira Grande de Santiago

Anita Silveira, Coordenadora do 1º ciclo, Praia

Antônio Carvalho, Subdiretor Pedagógico, São Salvador do Mundo

Antônio Rocha, Coordenador do 2º ciclo, Praia

Bruno Maciel, Subdiretor Pedagógico Ensino Secundário, Praia

Carla Freire, Professora 1º ciclo, Praia

Carlos Manual Vaz, Professor coordenador 1º ciclo, São Salvador do Mundo

Celestina Tavares Dias, Diretora Agrupamento I, Santo Domingo

Clara Garcia Ballesteros, Information Manager Officer (Education), UNICEF

Cintia Almeida, Inspetora Geral da Educação

Cristina Pina, Administradora Executiva, FICASE

David Mendonça, Coordenador, EMAEI, Santo Domingo

Denise M.J. Afonso, EMAEI, Praia Sul

Dulcineia Cardoso, Subdiretora Pedagógica Educação Básica

Edna, Direção nacional da educação

Edna Vieira Borges, Professora, São Salvador do Mundo

Elisa Ângela Ramos, Coordenadora, EMAEI, Ribeira Grande de Santiago

Elvis Oliveira, Professor, São Salvador do Mundo

Ernestina Rocha, Delegada, Ribeira Grande de Santiago

Helga Almeida, Professora 1º ciclo, Praia

Henrique Fernandes, Nutricionista, Diretor de Alimentação e Saúde Escolar, FICASE

Ivanilda Tavares, Professora, São Salvador do Mundo

João Augusto Dias da Veiga, Professor, São Salvador do Mundo

Kátia Carvalho, Coordenadora Supervisora pedagógica 1º ciclo, Santo Domingo

Laurentino Freirl, Professor, São Salvador do Mundo

Laurindo Leal Semedo, Professor, São Salvador do Mundo

Leonilda Coimbra, Coordenadora do Pré-Escolar, Praia

Lourença Tavares, ACRIDES

Maria Augusta Centeio Mieira, Responsável do Ensino Básico

Maria Celeste dos Santos, Professora, EMAEI, Santo Domingo

Maria de Jesus do Porto, Professora, São Salvador do Mundo

Maria Espirito Santo, Coordenadora pedagógica, 1º ciclo, Santo Domingo

Maria Helena Fernandes, Direção nacional da educação

Maria Joana Mendes Semedo, Coordenadora, EMAEI, Praia

Maria Manuel Correia, Professora, São Salvador do Mundo

Maria Sábado da Rosa, EMAEI, Praia Norte

Marina dos Reis Gomes, Diretora Agrupamento II, Santo Domingo

Nadine Janete Brito, Administradora Executiva, FICASE

Natalina Assunção, Professora, São Salvador do Mundo

Odile Simon, Consultora

Rosa Helena Alfonso, Direção nacional da educação

Rosa Semedo Travares, Coordenadora 1º ciclo, Santo Domingo

Silvino Almeida, Delegado, Santo Domingo

Dr. Amadeu Cruz, Ministro da Educação

Wilson José Silva Moreno, Diretor de Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação, DGPOG

Pedimos desculpas àqueles que participaram dos encontros e cujos nomes não aparecem aqui

XI.3. Lista dos documentos analisados

Análise contextual dos resultados das provas de aferição no 2º e 6º anos do ensino básico obrigatório, Ministério da Educação, GPE, UNICEF, UNFPA, 2019

Avaliação não deixar ninguém para trás, Sumario Executivo

Cabo Verde, Avaliação do capital humano, sumário, World Bank Group, 2024

Estudo “Boas práticas no processo de ensino-aprendizagem no pré-escolar, Maria Miguel Estrela, Eleonor Souza, fevereiro 2024

Estudo das transferências públicas no setor da educação, Ministério da Educação, Mundi Consulting, novembro 2023

Etat d’avancement du projet RISE V.2.0. au 30/03/2024

Guia de apoio à elaboração, implementação, monitorização e avaliação do projeto educativo, Ministério da Educação, Direção nacional da educação, Analyses.Lda, fevereiro 2023.

Indicadores de base de dados de alunos com nee – ano letivo 2020/2021 Unidade de Educação Especial – Direção nacional da Educação

Orçamento de Estado Cabo Verde, com ênfase em Educação, RNCEPT-CV, Dezembro de 2022

Plano estratégico de educação 2022-2026

Project appraisal document on a proposed credit in the amount of sdr7.2 million (US\$10 million equivalent) to the republic of Cabo Verde for an education and skills development enhancement project, International Development Association, 2018

Rapport de mise en œuvre du programme de renforcement du secteur de l’éducation 2021

Rapport RISE 2022

Rapport de mise en œuvre du Programme de renforcement du secteur de l’Éducation 2018-2020

Relatório de Avaliação da Implementação do Plano Estratégico da Educação (2017-2021)

Relatório estatístico 2022, Instituto nacional de estatísticas, 2023

Relatório do forum nacional de avaliação e revisão conjunta do plano estratégico da educação de cabo verde (2017-2021)

Relatório do estudo nacional da avaliação da leitura (egra) em cabo verde, Ministério da Educação, Edintersect, setembro de 2022

Relatório do Estudo sobre “Boas práticas para avaliação e recuperação de alunos 2021-2022, 2022-2023”, maio 2024, Ministério da Educação, Unicef

RISE v2.0 (2022/2023), Renforcement institutionnel du système éducatif capverdien, inclusion et réduction des disparités Document de programme « allocation maximale par pays supplémentaire, (AMP/GPE) Août 2022

XI.4. Dados biográficos do avaliador

O Professor Doutor Jean-Jacques PAUL tem uma longa experiência (41 anos) na gestão e avaliação de sistemas de educação e formação em diferentes países e em diferentes regiões (Europa, América Latina, Sudeste Asiático, África). Como dirigente, foi, entre várias funções, Vice-Presidente da Universidade da Borgonha (França), Vice-Reitor da Universidade Franco-Turca Galatasaray (Istambul), Diretor do Instituto de Investigação em Economia e Sociologia da Educação (Dijon, França). Como investigador, tem dedicado parte do seu trabalho a aspectos gerais da economia da educação, como custo e financiamento, planeamento, avaliação dos sistemas educativos, mercado de trabalho para egressos do sistema educativo. Como consultor, trabalhou na avaliação do ensino superior no Brasil e em Madagáscar, bem como na avaliação da formação profissional e no planeamento educativo na África Ocidental (Burundi, Cabo Verde, Mali, Togo, etc.), em conjunto com a UNESCO e o Banco Mundial. Foi convidado pela Comissão Europeia e pelo governo francês para participar no planeamento das reformas educativas no Vietnã, em Angola e na República do Laos.

Foi membro do conselho do Instituto Internacional de Planeamento da Educação (2009-2017).

É fluente em francês, inglês e português e pode trabalhar noutros ambientes linguísticos.

Nos últimos seis anos, contribuiu para a avaliação da reforma do sistema de formação da República do Uzbequistão (para a UNESCO), a avaliação da estratégia educativa da República do Congo (para a PME), a avaliação do Plano Nacional do Sector da Educação da República da Mauritânia (para o Banco Mundial), a conceção da estratégia de ensino superior e a avaliação do sistema educativo da República da Mauritânia, e a preparação da política docente na Guiné-Bissau (para a UNESCO e a UNICEF). É membro do Painel Consultivo Técnico Independente da Parceria Mundial para à Educação.